

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e sociais
Escola de Educação

PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS EXISTENTES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Uma Política de Ação
Afirmativa para uma Política Afirmativa de Assistência Estudantil.

JOYCE DIAS DO NASCIMENTO

RIO DE JANEIRO
AGOSTO/ 2013

JOYCE DIAS DO NASCIMENTO

PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS EXISTENTES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Uma Política de Ação
Afirmativa para uma Política Afirmativa de Assistência Estudantil.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação de
Pedagogia Plena da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro como
requisito parcial para a obtenção do título
de pedagoga.

Orientadora: Prof^ª Maria Elena V. Souza

RIO DE JANEIRO

AGOSTO /2013

A Educação sozinha não
transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.
(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

A Deus acima de tudo, que me permitiu chegar até aqui com vida, saúde, coragem e determinação, se fazendo presente nos momentos de alegrias e dificuldades nesse longa e incrível jornada acadêmica, que foi de Jacarepaguá à Urca, com baldeação na Central ou até mesmo na Alvorada barra da Tijuca.

Aos **meus queridos e amados Pais**, Magna de Fátima e Jairo, pelo carinho, atenção, incentivo, estrutura, confiança, paciência e o mais importante e fundamental, o amor indispensável e imprescindível que iluminou meu caminho ao final desta etapa.

A minha amada e querida **irmã Fabiana**, pelo apoio, incentivo, disponibilidade, carinho e amizade durante todo o processo.

Ao meu namorado **Rafael**, e minha amiga **Tatiana**, pelo amor, carinho, amizade, confiança e incentivo sempre, principalmente nas horas mais difíceis.

À **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**, pelo ensino de qualidade visando fomentar futuros profissionais capacitados.

À **minha Orientadora Prof^ª Dr^ª Maria Elena Souza**, pelo carinho, atenção, paciência e disponibilidade para que esse estudo fosse concluído.

A minha doce e amável filha, **Milena**, pelo amor e carinho incondicional. Presente de Deus, razão hoje pela minha existência e motivação para finalizar este trabalho e buscar novas oportunidades.

RESUMO

Este trabalho apresenta como eixo temático os Programas de Permanência voltados para os estudantes negros da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob a análise das Políticas de Ações Afirmativas após a instituição do Programa Nacional de Ações Afirmativas, promulgado sob Decreto N° 4.228, de 22 de Maio de 2002 considerando seus aspectos políticos e conceituais. Trata-se de um estudo bibliográfico realizado mediante a busca de artigos, livros e documentos relacionados ao eixo temático e ao objeto de estudo. Utilizou-se como base de dados a Biblioteca Virtual SCIELO – Scientific Electronic Library Online, por ser uma base de dados indexados que concentram o acervo de periódicos científicos brasileiros, visto o interesse em pesquisar os estudos publicados no Brasil relacionados à temática deste trabalho, após a instituição do Programa de Ações Afirmativas, em 2002. Este estudo evidencia a importância dos programas de permanência voltados para estudantes negros, a fim de assegurar a permanência desses estudantes na Universidade, de modo que possam concluir seus cursos com segurança e qualidade de Ensino. Apresenta os desafios em relação à democratização do acesso e as possíveis propostas para enfrentamento dos desafios ao longo do processo acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Ação Afirmativa; Políticas Públicas; Programa de Permanência; Desigualdade Racial.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAJU - Projeto Caminho da Juventude

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DACE - Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis

DEPEM - Departamento de Modernização e Programas de Educação Superior

EUA - Estado Unidos da América

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC - Ministério de Educação

PET - Programa de Educação Tutorial

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROEX – Pró Reitoria de Extensão

Proext – Programa de Extensão Universitária

PROUNI – Programa Universidade para todos

REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RUEP - Rede de Universitários de Espaços Populares

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SCIELO – Scientific Eletronic Library Online

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SESu – Secretaria de Educação Superior

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFS - Universidade Federal do Sergipe

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNB – Universidade de Brasília

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

UNIRIO - Universidade do Rio de Janeiro

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
Objeto de Estudo	10
Objetivo Geral	10
Objetivos Específicos	11
Justificativa	11
Considerações metodológicas	11
CAPÍTULO I	
DESIGUALDADE RACIAL NO ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	
1.1 Breve Histórico	13
1.2 Políticas Públicas para o Acesso de Estudantes Negros no Ensino Superior.....	15
CAPÍTULO II	
AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	19
CAPÍTULO III	
AS PRÁTICAS DE INCLUSÃO NA UNIRIO	
3.1 Programas de Permanência para Estudantes na UNIRIO.....	23
3.2 Desafios quanto à efetividade das Ações Afirmativas na UNIRIO	27
3.3 Programas de Permanência para Estudantes Negros na UNIRIO.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho apresenta como temática as políticas educacionais que visam promover a permanência de estudantes negros¹ na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O processo educacional da população negra é marcado por estigmas e inadmissíveis desigualdades raciais. Sabe-se que a abolição da escravidão não se preocupou com a equiparação dos padrões de escolaridade para a população negra, o que refletiu em brutais efeitos nas condições de vida e trabalho destes grupos sociais.

Segundo Martins (2003), o sistema educacional não tem sido capaz de superar ou, pelo menos, de amenizar significativamente, as imensas iniquidades geradas pelos séculos de exclusão escravista, seguida por mais de um século de negligência e de discriminação.

Podemos melhor visualizar tal discriminação no âmbito educacional, se observarmos os perfis de escolaridades entre a população negra² e branca. Em 2007, a taxa de analfabetismo da população negra era mais do que o dobro da observada na população branca - 14% e 6,1%, respectivamente. Em termos de anos de estudo, os brancos têm em média 8,1 anos de estudo, o que significa o ensino fundamental completo, e a população negra tem em média 6,1 anos de estudo, ou seja, nem chegam a completar o ensino fundamental. Isso é reflexo das diferenças observadas nas taxas de atendimento que permitem avaliar o acesso ao sistema de ensino. Enquanto 98,4% dos brancos, de 7 a 14 anos, frequentam o ensino fundamental, a proporção comparável da população negra é de 97,7%. A diferença é bem maior ao se considerar o ensino médio, em que 87,5% dos brancos e 80,5% da população negra, de 15 a 17, anos o frequentam. (IBGE, 2008).

Mais preocupante é a grandeza e a persistência da exclusão da população negra no ensino superior. Lugar onde o impacto social é maior, por se tratar de um espaço no qual, atualmente, as oportunidades entre brancos e negros se expressam com maior intensidade, formando o que Guimarães (1995). E intitulou de dicotomia preto-branco. Dicotomia esta que serviu desde o início à formação da sociedade brasileira, para demarcar a distância entre privilégios, direitos, deveres e privações.

Por ser uma estudante negra de origem popular, cursando o curso de Pedagogia, compreender como vigoram as políticas públicas de permanência existentes nesta instituição

1 Não utilizamos a nomenclatura relativa a gênero no texto – negros(as) – com objetivo de facilitar a leitura.

2 Negros: termo que engloba os denominados pretos e pardos segundo o IBGE

de ensino, seja ela de maneira institucionalizada ou não, pode nos ajudar a entender como estas políticas se articulam e como elas podem assegurar a permanência de estudantes negros no ensino superior e qual será o significado desta presença nesta e em outras universidades públicas brasileiras.

O interesse pela temática surgiu a partir do meu envolvimento no Programa de Extensão – Programa Conexões de Saberes na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde atuei como bolsista no período de 2006 a 2010. Programa este voltado para o apoio à permanência de estudantes de origem popular nas universidades e, ao mesmo tempo, para a intervenção na realidade dos espaços sociais de referência. Este Programa previa ações de formação, de pesquisa, de extensão e de divulgação. Ações que visavam fornecer um aprimoramento da formação científico-tecnológica, bem como garantir que as ações de interação estabelecidas com as comunidades e parceiros se dessem de forma competente, responsável e respeitosa, orientadas pelos princípios de troca de saberes e de respeito às diferenças.

Nesse contexto, analisar as políticas de permanência existentes na UNIRIO, irá contribuir para a reflexão sobre exclusão social, discriminação e desigualdade étnico-racial, ampliando o campo de debate sobre esses temas, nas instituições de educação e ensino, visto que as oportunidades entre negros e brancos não se deram de maneira igualitária .

Objeto de Estudo

Apresenta-se como objeto de estudo os programas de permanência para os estudantes da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) sob a análise da política pública de ação afirmativa, instituída, no Brasil, em 2002.

Objetivos

Objetivo Geral

Discutir os programas de permanência dos estudantes negros existentes na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), fundamentando-se, principalmente, nos programas de ação afirmativa, política de promoção de direitos a grupos historicamente excluídos.

Objetivos Específicos

- Identificar os programas de permanência dos estudantes na UNIRIO.
- Analisar o grau de abrangência desses programas para os estudantes na UNIRIO.

Justificativa

O presente estudo tem como intuito possibilitar a reflexão sobre a política pública de acesso aos estudantes negros no ensino superior. A relevância do mesmo está em discutir as políticas de ações afirmativas no meio acadêmico, considerando os programas que visam promover a permanência dos estudantes negros na universidade. Isso porque vivemos em uma sociedade marcada por práticas raciais discriminatórias, onde as oportunidades de acesso à educação não se dão de forma igualitária.

Considerações Metodológicas

O presente trabalho tem como objeto de estudos as práticas de permanência adotadas pela UNIRIO, para assegurar a permanência com qualidade dos estudantes na universidade e de que forma essas práticas colaboram para a permanência, também com qualidade, dos estudantes negros, após a instituição do Programa Nacional de Ações Afirmativas, em maio de 2002, já que na UNIRIO não tem programas específicos para a população estudantil negra. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo geral promover uma discussão acerca desses programas, por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Segundo Leopardi (2001), o estudo bibliográfico propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, proporcionando conclusões inovadoras. Sendo assim, não deve ser visto como mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto.

Com base nesse tipo de estudo, buscou-se na literatura, material pertinente à construção do arcabouço teórico, a fim de compreendermos as Políticas de Ação Afirmativa e como ela se configura na prática na UNIRIO, após a instituição da mesma., a fim de discutilas sob o enfoque político e conceitual. O levantamento bibliográfico foi feito mediante a busca de artigos e livros relacionados ao eixo temático e ao objeto de estudos.

Utilizou-se, como base de dados, a SCIELO – Scientific Electronic Library Online, por serem as bases de dados indexados que concentram o acervo de periódicos científicos

brasileiros, visto o interesse em pesquisar os estudos publicados no Brasil relacionados à temática deste trabalho, após a instituição da política de ação afirmativa em 2002.

Durante a busca nas bases de dados foi utilizado como descritor a palavra *política de ação afirmativa*. A busca foi refinada ao selecionar o aparecimento do descritor no título dos trabalhos pesquisados. Foram selecionados artigos publicados a partir do ano de 2002 até a presente data, devido ao interesse em estudar os trabalhos publicados, a partir da instituição da política de Ações Afirmativas e documentos da UNIRIO, disponibilizados pelo site da própria Instituição de Ensino Superior.

Após o levantamento bibliográfico dos estudos, foi feita a leitura desses trabalhos e documentos, de modo a identificar o conceito de ação afirmativa, como essa política se configura nas práticas de permanência de estudantes negros adotadas pela UNIRIO. Como se estrutura o programa de acesso e permanência da UNIRIO, e suas transformações ou não, após a instituição do Programa Nacional de Ações Afirmativas, em maio de 2002.

CAPÍTULO I

A DESIGUALDADE RACIAL NO ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

1.1 Breve Histórico

Para uma maior compreensão do estudo realizado e para uma melhor delimitação de alguns pressupostos ou ponto de partida, entende-se necessário um breve histórico sobre a inserção do negro no âmbito educacional.

Com a tomada da Costa Africana, por volta do século XV, os portugueses iniciaram a exploração humana, com altos fins lucrativos, através do tráfico negreiro. A população africana foi inserida dentro do contexto mercantilista português, onde o sistema econômico era fundado na mão de obra escrava. Essas populações foram arrancadas de sua terra mãe e trazidas para um continente desconhecido, no qual serviriam de mão de obra ao longo dos tempos. Como o passar do tempo, as relações foram se estabelecendo complexas, embasadas no processo de escravização do negro que resultaria em um processo histórico, marcado pela discriminação racial. (SKIDMORE, 1976)

O tráfico humano, a escravidão dos afrodescendentes, durou mais de três séculos para que, oficialmente, eles pudessem ser considerados “livres”, livres das explorações, livres das violências físicas e verbais. Entretanto, essa liberdade veio sem qualquer tipo de compensação, muito pelo contrário, venho carregada de exclusão e não garantias de uma integração social do negro nesta nova estrutura econômica que surgiria. “ Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, em nome do pai enfermo e ausente, assinou a lei que abolia a escravatura sem qualquer compensação aos senhores.. (...)”. (SKIDMORE, 1976, p.54) e nem aos escravos.

Os escravos, apesar de libertos, não tinham nenhum tipo de poder de escolha referente à nova estrutura econômica e política que se formava, “não podiam ser eleitores (...) e era-lhe interdito também exercer qualquer cargo de eleição popular, para qual a condição essencial era ser eleitor” (COSTA, 1989, p. 46). Deste modo, os senhores brancos, que viam no negro apenas um objeto de sua propriedade, mantinham -se no poder, preservando sua classe social e reservando para o negro um conjunto de violações de direito que gerou, para esta população, um triste legado: a interdição à educação formal

A interdição dos negros nos espaços de conhecimento no passado faz com que hoje, após 125 anos da Abolição, os negros reivindiquem medidas compensatórias na área

educacional, capazes de eliminar efeitos discriminatórios e equiparar as oportunidades de desenvolvimentos que lhes foram negados.

Observamos que a evolução do número médio de anos de estudos da população residente em todo o Brasil evidencia o grau desta problematização. Ao analisar o aspecto racial no final do século XX, percebemos, segundo o IBGE (2010), que o período entre 1988 e 2008, apresentou modificações significativa. No período vivido entre 1988-1998, houve uma elevação no tempo de estudos entre brancos e negros, o que permitiu com que os jovens brancos acima de 15 anos ficassem a frente dos jovens negros no processo educacional. Entretanto, o cenário no período de 1988 até 2008, apresenta novas perspectivas educacionais. De modo que, em 2008, a média dos anos de estudos dos jovens brancos com mais de 15 anos foi de 8,3 anos de escolaridade. Já o número médio de anos de estudos dos jovens negros, na mesma faixa etária, foi de 6,5 anos de estudos. Assim, no seio da população acima de 15 anos de idade, o aumento foi de 1,8 anos de estudos entre brancos e negros, considerando a média da escolaridade em torno de 8 anos de estudo.

A discriminação racial, que se expressa de modo constante, representa o maior problema ao longo do século. O diferencial dos anos de escolaridades é constante entre as gerações se compararmos os dois segmentos – brancos e negros. O grau de exclusão racial é perpassado de pais para filhos, sendo assim, é o mesmo que sofreram os avós, os pais e hoje, os jovens.

A atualização desses dados, nos dias atuais, é agravante. Considerando o desenvolvimento e a exigência da sociedade moderna e informatizada na qual vivemos, os índices fazem com que se crie um fosso entre os dois segmentos, aumentando, mais ainda, o nível de exclusão dos negros. Ao longo do processo educacional, amplia-se a distância entre brancos e negros, gradativamente se acentuando, conforme o aumento da escolaridade.

Sendo assim, perante a este quadro de “exclusão” dos negros do sistema educativo formal, a sociedade se viu diante do grande desafio de buscar estabelecer parâmetros mínimos de superação desta realidade educacional. Todavia, é justamente a partir dessa realidade que as políticas de Ação Afirmativa assumem uma dimensão política e vêm com o intuito de equiparar e promover condições de acesso e igualdade racial para a população de origem negra.

Assim, as políticas de Ação Afirmativa assumem um caráter de estratégia fundamental e imprescindível de desenvolvimento econômico e social no conjunto da sociedade brasileira. As políticas de ação afirmativa têm contribuído para a promoção de grupos historicamente

privados de oportunidades essenciais ao seu desenvolvimento e fortalecimento de suas habilidades como seres humanos (SANT'ANNA e PAIXÃO,1997).

1.2 Políticas públicas para o acesso de estudantes negros ao Ensino Superior

Segundo Adão F. de Oliveira (2010), a expressão Política Pública tem o intuito de definir um fato específico da Política, E para melhor compreensão do termo é preciso saber o que cada palavra significa, separadamente. A palavra Política é de origem grega, politikó, que exprime a condição de participação e decisão da pessoa que é livre em assuntos sobre a cidade, a polis. Enquanto, a palavra pública é de origem latina, publica, e significa povo, do povo.

Do ponto de vista etimológico, a expressão política pública trata da participação do povo em decidir assuntos sobre a cidade. Com o passar dos tempos, essa participação foi, aos poucos, sendo feitas por representações. Contudo, o Estado se configurou como elemento fundamental no acontecimento da política pública. Azevedo (2003, p. 38) definiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Deste modo, podemos entender como políticas públicas educacionais, tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, em relação à educação.

Neste contexto, as formas de acesso à universidade pública brasileira se configura como uma Política Pública de acesso aos estudantes da rede pública e privada. Das políticas de democratização do acesso ao ensino superior propostas pelo Governo Federal, temos as Políticas de Ação Afirmativa, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O acesso ao nível superior vem sofrendo reformulações, de modo que de acordo com o Projeto de Lei n. 7.200/2006, a Reforma da Educação Superior, explicita a preocupação com as políticas de ação afirmativa e assistência estudantil, no âmbito das universidades federais, no sentido de favorecer o ingresso e a permanência, nestas instituições, de estudantes provenientes do ensino médio público, afrodescendentes e indígenas, segmentos que têm ficado historicamente à margem da educação superior pública. Deste modo, é possível identificar, nestes últimos anos, formas diferenciadas de acesso à educação pública superior.

A adoção de medidas diferenciadas de acesso à universidade, somente foi possível após a implementação do sistema de cotas instituído através de duas leis estaduais : 1) a Lei nº 3.524/2000 de 28 de dezembro de 2000 que dispôs sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais. As vagas

oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das universidades públicas estaduais seriam preenchidas da seguinte maneira: 50% (cinquenta por cento), no mínimo por curso e turno, para estudantes que tinham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em instituições da rede pública dos Municípios e/ou do Estado; e os outros 50% (cinquenta por cento) para estudantes selecionados em processo definido pelas universidades segundo a legislação vigente. 2) a Lei 3.708/2001 de 09 de novembro de 2001 que, de início, instituiu vaga de até 40% (quarenta por cento), para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade do Estadual do Norte Fluminense. Determinou ainda que os negros e pardos beneficiados pela Lei 3.524/2000 estariam incluídos nesta cota mínima. Após a alteração pelo Projeto de Lei nº 135 de 2003, ficou estabelecida a cota mínima de até 10 % (dez por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação, nestas universidades.

Segundo Mário Luís Magnani (2004), o sistema de cotas para negros e carentes foi adotada pelas universidades federais como uma maneira de remendar o descaso de quinhentos anos de diferenças sociais e raciais existentes no país e tantos outros anos sem investimento em educação. As cotas surgiram como uma tentativa de corrigir uma injustiça histórica, ou seja, o desfavorecimento a negros e índios, em meio a um sistema de educação pública de má qualidade. O país precisa buscar a qualidade dos ensinos fundamental e médio na rede pública e o Estado precisa garantir a permanência dos estudantes beneficiados no ensino superior. As cotas têm caráter temporário e foi criada para ajudar na redução das desigualdades entre negros e brancos no ensino superior.

O público alvo dessas reservas se concentra em estudantes negros e estudantes da rede pública de ensino. A adoção de políticas diferenciadas de acesso à universidade pública para negros foi colocada em evidência no Brasil, no fim da década de 1990, em consequência da preparação para III Conferência Mundial das nações Unidas contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, em 2001.

O material produzido, para a conferência, apresentava fortes reivindicações para adoção de políticas afirmativas como forma de redução das desigualdades. Neste documento, foi citado o relatório do Comitê Nacional onde foi apresentada uma proposta de “ adoção de cotas ou outras medidas afirmativas que promovam o acesso de negros às universidades públicas ” (BRASIL, 2001 *apud* SILVA, DUARTE e BERTULIO, 2007, p.157)

Logo no ano subsequente, o Programa Nacional de Direitos Humanos II apresentou a proposta de “ estabelecer mecanismos de promoção da equidade de acesso ao ensino superior, levando em consideração a necessidade de que o contingente de alunos universitários reflita a

diversidade racial e cultural da sociedade brasileira” (BRASIL, 2002, p.36 *apud* SILVA, DUARTE e BERTULIO, 2007, p. 157), tendo como meta instituir que o número de alunos universitários seja o espelho da diversidade racial e cultural da sociedade brasileira, visando à promoção igualitária de acesso ao ensino superior.

Deste modo, o debate foi tomando corpo e proporções gigantescas, provocando inúmeras reações especialmente por parte de alguns segmentos mais tradicionais e conservadores, visto que a adoção de políticas de ação afirmativa estão propensas a modificar as bases estruturais da sociedade.

A partir de 2003, algumas universidades começou a implementar em seu sistema de ingresso, políticas de reserva de vagas em que cada universidade concebe a ação afirmativa de acordo com suas características regionais e seu interesse político, sendo assim, as políticas vêm se ampliando ao logo dos anos e o debate sobre este tema está cada vez mais presente nas agendas das instituições federais de ensino superior e na UNIRIO não está sendo diferente.

A UNIRIO aderiu a partir de 2001 o ENEM(Exame Nacional do Ensino Médio) como parte da etapa para o acesso aos cursos de graduação. A universidade começou a utilizar o exame como uma das formas de ingresso, os candidatos que optavam em participar do processo seletivo concorria a 20% da totalidade de vagas oferecidas por cada curso, conforme as notas obtidas no exame.

A adesão da UNIRIO em aceitar a nota do ENEM em seu processo de seleção permitiu que o acesso à universidade pública federal fosse realizado de forma democrática. Entretanto, ao analisar os critérios de aproveitamento de notas do ENEM pela UNIRIO, iremos observar que esta forma diferenciada não pode ser vista como uma política de ação afirmativa, visto que esta política é destinada a atender a todos os estudantes e não a um grupo específico,ou seja, o ENEM é uma política de ação universal.

Outras medidas de acesso democrático ao ensino superior começaram a ser aplicada pelo Governo Federal, e uma delas é a instituição do REUNI, através do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que apresenta como objetivo, de acordo com seu artigo 1:“criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) lançado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, tendo como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

O PROUNI pode ser enquadrado como uma política de ação afirmativa, por reservar bolsas de estudos à pessoas com deficiência e aos autodeclarados pretos, pardos e índios conforme os princípios do Programa Nacional de Ações Afirmativa de 2002.

A seleção dos estudantes para o ensino superior era realizada através de provas denominadas vestibular. Entretanto, no primeiro semestre de 2009, o Ministério da Educação apresentou a formatação de um processo seletivo unificado, no qual passou a utilizar as notas do ENEM como única forma de acesso ao ensino superior nas Instituições Públicas Federais. Sendo assim, o ENEM que originalmente havia sido criado para avaliar os estudantes que concluíam o Ensino Médio, com o tempo passou a ser utilizado como critério único de seleção para os estudantes concorrerem a bolsas de estudos e vagas no ensino superior público e privado. (BRASIL, 2010).

CAPÍTULO II

AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

No Brasil, a discussão sobre política de ação afirmativa é muito recente, entretanto, se faz necessário compreender tanto em termo de concepção quanto em suas múltiplas formas de implementação.

O conceito de Ação Afirmativa é importado dos EUA e vem desde a década de sessenta (1960), onde os afro-americanos lutavam, neste período, por oportunidades de participação na dinâmica da mobilidade social crescente, e pelo fim das leis segregacionistas vigentes no País. É neste contexto que movimentos negros, apoiados por liberais e progressistas brancos, saíram em defesa dos direitos civis e da ampliação da igualdade de oportunidade para todos. E é neste momento que a ideia de uma ação afirmativa surge, com a intenção de oferecer, à população negra, melhorias enquanto sujeitos ativos e participativos da sociedade (MOEHLECKE, 2002).

Segundo Kabengele Munanga (2003), as políticas de ações afirmativas foram implementadas em diversos países do mundo, dentre eles: EUA, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Nova Zelândia, Austrália, Malásia, etc., com o intuito de promover um tratamento diferenciado aos grupos discriminados e excluídos da sociedade, vítimas de racismo e de outras formas de discriminação racial. Temos como exemplo, o caso dos negros nos Estados Unidos, quando, a partir da década dos anos sessenta, começaram a obter um tratamento diferenciado. Entre as medidas adotadas, temos aquela que obrigou as universidades públicas americanas a implementarem políticas de cotas favoráveis à população negra e afrodescendente. Para Munanga (2003), a lógica das ações afirmativas adotadas para combater o racismo nos EUA, trouxe mudanças sociais à população negra. Segundo este autor:

Foi graças a ela que se deve o crescimento da classe média afro-americana, que hoje atinge cerca de 3% de sua população, sua representação no Congresso Nacional e nas Assembléias estaduais; mais estudantes nos níveis de ensino correspondentes ao nosso ensino médio e superior; mais advogados, professores nas universidades, inclusive nas mais conceituadas, mais médicos nos grandes hospitais e profissionais em todos os setores da sociedade americana. Apesar das críticas contra ação afirmativa, a experiência das últimas quatro décadas nos países que implementaram não deixam dúvida sobre as mudanças alcançadas.(MUNANGA,2003, p 1)

Na perspectiva de Bárbara Bergmann (1996), as ações afirmativas podem ser vistas de modo bastante amplo, sendo assim,

ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas – aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos – em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente a homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais [...]. Ações Afirmativas podem se um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente. (BERGMANN,1996, p7 *apud* MOEHLECKE, 2002, p.199)

No olhar de Barbosa (2001), as ações afirmativas podem ser compreendidas como medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado e/ ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar as desigualdades históricas acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização de grupos sociais decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros, até que se atinja a igualdade de competitividade.

As políticas de combate às desigualdades raciais são instrumentos que visam promover a igualdade para todos, em situações concretas, sejam elas em instituições públicas ou privadas, sem qualquer distinção ou privilégios.

Segundo Gomes (2001), a concepção de igualdade surge após as revoluções no final do séc. XVIII, onde as práticas revolucionárias pioneiras dos EUA e da França fizeram com que o conceito de igualdade, perante à lei, se tornasse uma construção jurídica formal. Segundo a lei, a igualdade deve ser igual para todos sem distinções de qualquer espécie. E quando aplicada, deve incidir de forma neutra sobre as situações jurídicas, concretas e sobre os conflitos interindividuais. Concebida para o fim específico de abolir os privilégios e para “dar cabo às distinções e discriminações baseadas na linguagem, no <<rang>>, na rígida e imutável hierarquização social pó classes (<<classement par ordre>>)” (p.2).

A noção de igualdade, por estar inserida no sistema jurídico nacional, nos permite dizer que as ações afirmativas são um dever do estado, por ser tratar de superar preconceitos e

eliminar as discriminações criminosas, destinando-se assim, a promover não somente a igualdade de oportunidades, como também a oportunidade de condições, visto que a noção de direito à igualdade é uma aspiração bastante ampla, e que por si só não é suficiente para garantir o acesso aos grupos sociais desfavorecidos, as oportunidades daqueles que são socialmente privilegiados.

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitada por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela Sociedade (GOMES, 2001, p.3).

As políticas de Ações Afirmativas são destinadas a grupos sociais que, historicamente, sofreram desigualdades sociais, sejam eles, negros, pobres, marginalizados pela raça, pelo sexo por opções religiosa, por condições econômicas inferiores, por deficiências físicas, psíquicas, por idade etc.

Tais medidas não buscam apenas combater manifestações e flagrantes de discriminação. As mesmas têm como objetivo suprimir as discriminações que já estão enraizadas na estrutura social e cultural da sociedade. Sendo assim, as políticas de ações afirmativas tendem a ser ações compensatórias, reparatórias e/ ou preventivas que buscam corrigir situações de discriminação e desigualdade que foram impostas a grupos minoritários no passado e que se refletem nos dias atuais.

Gomes (2001) mostra as especificidades das ações afirmativas. A mesma se apresenta com o cunho pedagógico, com a finalidade de educar e fazer uma sociedade mais justa, com caráter de exemplaridade. Tem como meta, gerar transformações sociais e culturais relevantes para o processo educacional dos grupos socialmente marginalizados no passado e promover uma integração dos diferentes grupos sociais por meio da valorização da diversidade cultural.

Promove, através das ações, uma transformação no âmbito educacional destes grupos sociais, possibilitando condições de enfrentamento dos estigmas e estereótipos socialmente impostos, resgatando a identidade e reafirmando a igualdade tal como previsto na Carta Magna do país.

“Ação afirmativa é uma política de promoção de direitos de um grupo historicamente excluído”. (FERREIRA, 2008 *apud* STRUCCHI, 2008) .

Diante de todos esses conceitos, resume-se que as ações afirmativas surgiram com o objetivo de dar acesso aos sub-representados a tais recursos como educação e trabalho, bem

como eliminar os efeitos da discriminação do passado, garantindo a igualdade de oportunidades e a preservação e desenvolvimento da diversidade cultural.

Santos (2003, p. 9) analisa a implementação de ações afirmativas por meio dos movimentos anti-racistas voltados à igualdade de oportunidades, onde diz: igualdade nas oportunidades e nos resultados. Estes dois objetivos, mutuamente complementares e não alternativos, são o que move os lutadores do movimento anti-racismo no Brasil, ao defenderem a implementação de ações afirmativas.

As ações afirmativas nas universidades é uma questão social. É neste sentido que o governo deve investir para diminuir as diferenças sociais, criando leis que facilitem o acesso e a permanência dos jovens mais necessitados nas universidades e acabando, por fim, com a discriminação existente na nossa sociedade, seja ela de raça, sexo ou religião. (TAGLIARO, 2002).

A implementação de políticas de ação afirmativa no campo educacional constitui como um dos temas mais polêmicos da agenda pública no Brasil. Segundo Ferreira (2006), é necessário estimular o debate sobre os impactos, resultados e incidência das políticas de ação afirmativa em prol da democratização efetiva das oportunidades de acesso e permanência dos jovens mais pobres nas universidades.

CAPÍTULO III

AS PRÁTICAS DE INCLUSÃO NA UNIRIO

3.1 Programas de Permanência para Estudantes na Unirio

O Programa de Permanência é uma das ações constituintes do conjunto de políticas que têm o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso e permanência/ do estudante de origem popular no ensino superior, de forma dialógica e articulada com os vários segmentos contemplados por estas políticas. Põe em prática uma ação de co-responsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica (Brasil, 2010)

O programa de permanência de acordo com Brasil (2010), tem como objetivos: a) garantir a permanência dos estudantes dos cursos de graduação, assegurar a formação acadêmica dos beneficiários do Programa, através de seu aprofundamento teórico, por meio de participação em projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes nos Centros, atividades de ensino/acadêmica relacionadas à sua área de formação e ao desenvolvimento regional; b) implementar na instituição a adoção de uma política de permanência associada à excelência na formação acadêmica; c) possibilitar maior interação entre o ensino, a extensão e a pesquisa; d) estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural em articulação com o desenvolvimento regional; e) qualificar a permanência dos alunos beneficiários do Programa.

As políticas formais de permanência, quando bem estruturadas, garantem uma educação de qualidade aos estudantes negros de origem popular. A Política de Permanência, a Assistência Estudantil tem por finalidade prover os recursos necessários para transpor os obstáculos que possam comprometer o bom desempenho acadêmico do estudante. De uma maneira geral, devemos entender a Assistência Estudantil não apenas como ações de assistência direta ao estudante, mas sim como um conjunto de ações dentro de uma política que acrescenta a discussão sobre acesso e permanência como uma visão democrática para o estudante universitário.

As ações de assistência estudantil na UNIRIO tiveram seu início marcante com a criação, em 2005 (UNIRIO, 2005), da Bolsa Permanência, com o objetivo de promover a inserção de alunos de graduação, oriundos de segmentos socioeconômicos menos favorecidos, em atividades que visem a participação plena na vida universitária, tendo como pressuposto a igualdade de oportunidades de permanência com vistas à qualidade da formação acadêmica

(UNIRIO, 2006d). Todavia, além da bolsa permanência, fazem parte das ações de assistência Estudantil da UNIRIO, os seguintes projetos: Transporte Intercampi, no qual a universidade oferece gratuitamente, desde Março de 2008, transporte entre *os campi* diariamente em horários pré-determinado para alunos e funcionários; Auxílio Alimentação e auxílio Moradia, uma bolsa instituída, em 2010, para estudantes que apresentam dificuldades de custear os custos altos e diários de alimentação e moradia, visto que a UNIRIO não possui o Restaurante escola e alojamento estudantil para atender esse público e o Programa Conexões de Saberes.

A Bolsa Permanência é destinada aos estudantes de graduação da UNIRIO, em situação de vulnerabilidade social e tem como principal objetivo possibilitar aos discentes o desenvolvimento de seus estudos, tendo como pressuposto a igualdade de oportunidades, com vistas à sua qualificação acadêmica. O seu gerenciamento é realizado pelo Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis (DACE), vinculado diretamente ao Gabinete do Reitor. É concedida sob a forma de auxílio financeiro pago diretamente ao estudante.

Os estudantes contemplados com a bolsa são inseridos em atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas pela universidade, com carga horária semanal de 12 horas. A chamada para seleção de bolsistas é feita, anualmente, por meio de edital divulgado no âmbito da universidade e a bolsa tem duração de 12 meses, podendo ser renovada por igual período.

A bolsa permanência representa uma política que, efetivamente, auxilia os alunos a concluírem os seus cursos sem ser uma forma de assistencialismo. Entretanto, ela não se enquadra como uma política de Ação Afirmativa. A inclusão significa a construção de um ambiente universitário que contemple a diversidade étnica. Apenas observar o recorte socioeconômico como elemento que expressa as diferentes chances de acesso ao conhecimento, não dá conta de explicar as desigualdades de oportunidades entre negros e brancos pobres. A bolsa permanência atende a todos os estudantes que queiram participar da sua seleção, mas, que esteja dentro do perfil socioeconômico exigido pelo DACE.

Encontramos, dentro da UNIRIO, outro programa que visa promover a permanência de estudantes, mas, que não é institucionalizado pela UNIRIO: o *Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares*, um programa vinculado a SECAD (Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)/ MEC, criada em julho de 2004. A SECAD, como nova secretaria do Ministério da Educação, propôs-se a enfrentar as desigualdades existentes nos sistemas de educação do País, valorizando a diversidade da população brasileira, trabalhando para garantir a formulação de políticas públicas e sociais como instrumento de cidadania. O objetivo da SECAD é “[...] contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos,

em especial de jovens e adultos, em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação continuada.” (BRASIL,2007a).

Este programa se originou de um projeto denominado Rede de Universitários de Espaços Populares - RUEP, formulado em 2002, ação formulada pelo Observatório de Favelas/RJ. Em 2003, o projeto foi implementada pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, com financiamento do Programa de Extensão Universitária - Proext/SESu/MEC em 2004.

A intenção desse projeto foi criar, dentro do espaço universitário, uma rede de articulação entre os estudantes oriundos de espaços populares em torno de dois objetivos principais: criar condições para a realização de um processo regular de avaliação do impacto das intervenções públicas nas comunidades populares, sobretudo as dirigidas para a infância e juventude, e formar novos quadros técnicos sociais nesses territórios, capazes de se constituírem como lideranças comunitárias com perfil diferenciado.

Esse projeto de permanência de estudantes de origem popular na Universidade serviu como referência para que, no final de 2004, a SECAD/MEC, em parceria com o Observatório de Favelas, iniciasse o Programa *Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares* em cinco universidades federais: UFF, UFMG, UFPA, UFPE e UFRJ. Estas universidades através de suas Pró-reitorias de Extensão ficaram encarregadas e tiveram autonomia para planejar e desenvolver a estrutura do projeto, de acordo com suas especificidades e de acordo com os princípios gerais do Programa.

Já em 2005, foram incluídas no Programa mais nove universidades, entre elas: UFAM; UFBA; UFC; UFES; UFPB; UFPR; UFRGS; UnB e a UFMS. No exercício de 2006, foram convidadas dezoito universidades para ingressar neste programa: UFAC; UFAL; UFG; UFMA; UFMT; UFPI; UFRN; UFRPE; UNIVASF; UFRR; UFRRJ; UFS; UFSC; UFSCar; UFT; UNIFAP; UNIR e UNIRIO³. Para o exercício de 2007 contou-se com o ingresso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, totalizando, naquele momento trinta e três instituições federais de ensino superior envolvidas em um projeto comum para a permanência de estudantes de origem popular nas universidades e, ao mesmo tempo, para a intervenção na realidade dos espaços sociais de referência.

A inserção do Programa Conexões de Saberes, na UNIRIO, aconteceu no ano de 2006, e contou com o apoio da Reitoria e com o apoio institucional da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEX, que foi fundamental na fase de instalação do projeto,

³ As denominações completas das universidades, referentes a essas siglas, estão na Lista de Siglas e Abreviaturas.

contando com o investimento tanto em relação a qualificação de profissionais que atuariam no projeto como na concessão do espaço físico que ocorreriam as atividades. Vale ressaltar que o espaço cedido para a realização das atividades era situado no prédio da Reitoria, na ala destinada à Pró-Reitoria de Extensão, o que permitiu grande visibilidade política para a ação e possibilidade de interlocução com os demais projetos de extensão da UNIRIO.

O Conexões de Saberes viabilizou, aos jovens universitários de origem popular, a possibilidade de adquirir e produzir conhecimentos científicos e, a partir disso, intervir em seu território de origem. Além disso, o programa possibilitou o monitoramento e a avaliação, pelos próprios estudantes, do impacto das políticas públicas desenvolvidas em espaços populares. Os participantes do programa recebiam uma bolsa de auxílio e instruções metodológicas para a ampliação de seus conhecimentos.

A participação do estudante negro no programa Conexões de Saberes (2006) consistia em assistir as aulas de inclusão digital e política, receber informações sobre metodologia de pesquisa e extensão e o ganho de uma bolsa de iniciação científica mensal. Em contrapartida, o estudante desenvolvia atividades em diversos programas. Entre eles, a Escola Aberta, que promovia oficinas sobre Direitos Humanos e Leitura. E intervenções nas comunidades do Chapéu Mangueira em parceria com o projeto Caminho da Juventude (CAJU), no qual era financiada pela UNESCO, e realizava ações sociais e oficinas ligada a área de saúde, tendo como temática prevenção ao uso de drogas e gravidez na adolescência.(NEPOMUCENO E SANTOS, 2011).

A UNIRIO, em articulação com o programa Escola Aberta/UNESCO, selecionava, anualmente, bolsistas que deveriam atender aos seguintes critérios de classificação: a) soma da renda mensal dos pais não superior a seis salários mínimos mensais, podendo ser reduzida de acordo com as especificidades econômicas regionais; b) morar ou ser oriundo de espaços populares; c) escolaridade dos pais não superior ao ensino fundamental; d) proveniência de escola pública e) ser preferencialmente negro ou indígena; f) ter histórico de engajamento em atividades coletiva cidadãs em suas comunidades de origem e disponibilidade de 20 horas semanais para atuar no programa.(PROGRAMA CONEXOES DE SABERES, 2006)

Os critérios permitem, ao projeto, selecionar os bolsistas de acordo com a proposta de atuação do Conexões, entre eles, um público negro que carece de mais formação escolarizada para a re-democratização do ensino superior.

Barbosa (2005) vê a questão da distribuição e seleção das bolsas como uma das formas de contribuir com a permanência de estudantes negros no ensino superior. Por isso, a seleção

destes estudantes deve ocorrer de forma diferenciada, pois, é esta que caracteriza uma ação afirmativa.

As ações desenvolvidas dentro do programa através das pesquisas e intervenções viabilizaram aos bolsistas a possibilidade de publicações, pois o resultado final das ações desenvolvidas é a elaboração de memoriais (relato dos alunos sobre suas atividades e experiências pessoais) e artigos científicos. Outra forma de publicação do material produzido pelos bolsistas dentro do programa foi a coleção “Caminhadas de Universitários de Origem Popular”, na qual um conjunto de trabalhos acadêmicos desenvolvidos por bolsistas das Instituições Federais de Ensino Superior que participam do Programa Conexões de Saberes teve suas produções publicadas. A proposta deste veículo é dar visibilidade a uma parcela da população - colocando-a como sujeito na sociedade. Suscitando, deste modo, subsídios para a elaboração de políticas públicas que contemple a este público.

3.2 Desafios quanto à efetividade das Ações Afirmativas na UNIRIO

A Constituição brasileira preza a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, com incentivo e colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento das pessoas e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, estabelecendo, ainda, o ensino ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Nenhum país pode almejar ser desenvolvido e independente, se não tiver um sistema de educação superior forte. Em um mundo em que o conhecimento excede os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo (BRASIL, 2001). Uma das ações do governo

Deste modo, o governo vêm criando programas com o intuito de propiciar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, em nível de graduação e combater as desigualdades sociais e regionais, bem como ampliar a democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes provenientes do ensino médio público, afrodescendentes e indígenas, segmentos este, que têm ficado historicamente à margem da educação superior pública.

Uma das ações do governo na direção da democratização do ensino superior foi O REUNI, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a adoção do ENEM como instrumento único de inserção nas Universidades com o apoio do Sisu, instituído com a

finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BRASIL, 2007b, 2010).

Todavia, o REUNI representa um grande desafio perante o meio acadêmico e estudantil, pois existe a preocupação de que o processo de ampliação de vagas nas universidades públicas se dê com o sacrifício da qualidade, transformando estas instituições em “escolões” de terceiro grau, o que poderia comprometer a excelência da formação universitária, da pesquisa e da extensão.

Neste contexto, as universidades federais enfrentam outros grandes desafios, pois ainda que as políticas públicas apresentadas, demonstrem avanços no sentido do ingresso de um maior número de estudantes no ensino superior, existem limitações que precisam ser superadas. Uma delas, e talvez a mais importante, é que o acesso não garante a permanência dos estudantes no sistema. Isto requer investimento significativo em assistência estudantil, incluindo aumento considerável do número de bolsas para atender a demanda por ensino superior, auxílio transporte, alimentação, moradia, entre outros; reestruturação curricular dos cursos e disciplinas; acompanhamento didático adequado dos alunos; melhor formação pedagógica dos docentes, e o agir preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras do seu corpo discente.

Seguindo as diretrizes dos programas de governo e considerando as atuais diferenças sociais, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) participa do esforço para ampliar as possibilidades de acesso à universidade para os estudantes pertencentes aos segmentos sociais que historicamente foram pouco representados no ambiente universitário (UNIRIO, 2006a). Entretanto, precisa desenvolver mais ações de assistência estudantil com o objetivo de impulsionar e tentar nivelar as chances de todos, para terem uma melhor formação acadêmica e profissional, considerando que as políticas de inclusão devem não somente propiciar a permanência de estudantes em risco social, mas também garantir a excelência de sua formação acadêmica.

Se a sociedade pretende promover a democracia do ensino superior é preciso promover recursos básicos para que estes estudantes possam ultrapassar os obstáculos e superar os empecilhos que possam interferir no seu bom desempenho acadêmico.

Quando se trata de condições adversas de permanência no ensino superior, o estudante negro de baixo poder aquisitivo reivindica por ações que venham assisti-lo em todas as instâncias da sua vida acadêmica. Ações estas que permeiam condições a saúde; acesso a instrumentos pedagógicos básicos para a formação social e profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento; acompanhamento aos alunos com necessidades especiais e recursos

mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recurso financeiro.

É preciso atentar para a evasão e a retenção que ocorre dentro das instituições de ensino superior. Esses fatores representam grandes prejuízos sociais e financeiros. Principalmente porque quando o aluno evade, todo o recurso investido nele se perde, passando a existir uma vaga ociosa daquele que não entrou por falta de vagas. Por outro lado, temos os estudantes que retardam o término do curso devido às dificuldades econômicas. Neste caso, o estudante acaba ocupando uma vaga que poderia estar sendo ocupado por outro candidato.

Não devemos pensar em políticas de permanência apenas como ações de assistência diretas ao estudante, mas, como um conjunto de ações que viabilizem a sua permanência com qualidade, respeito e cidadania, de modo que venham promover um espaço de ações afirmativas de democratização do ingresso e da permanência qualificada.

3.3 Programas de Permanência para Estudantes Negros Existentes na UNIRIO

As políticas de permanência existentes, atualmente na UNIRIO, disponibilizadas pelo DACE são voltadas para todos os estudantes que se encontram em situação econômica de risco. Não existe uma ação específica de permanência para atender às demandas dos estudantes negros, conforme os preceitos das ações afirmativas que surgiram como instrumento de reparação histórica e de promoção da igualdade racial para a população de origem negra e que se autodeclarem como pertencente a tal grupo.

Podemos perceber que, na UNIRIO, o único programa de ação afirmativa foi instituído a partir de uma iniciativa externa. O Conexões de Saberes, foi iniciativa da secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), ação está que apresentou uma proposta de atuar com estudantes negros, prioritariamente pobres, que, independentemente de qualquer iniciativa institucional, conseguiram ingressar na UNIRIO. Um programa que se estrutura a partir de atividades que envolvam e apoiem os estudantes negros da graduação visando seu aprimoramento acadêmico com vista à sua entrada na pós graduação, e uma série de atividades que têm por objetivo o desenvolvimento da identidade étnico-racial.

O programa Conexões de Saberes não é uma política institucional, ou seja, é um programa de ação afirmativa que ocorre na UNIRIO, mas não é da UNIRIO. Sendo assim, não utiliza nenhum tipo de recurso material ou financeira da Universidade. Tal situação, gerou

alguns problemas para os estudantes engajados nesta ação, devido aos conflitos institucionais em torno das questões relativas a repasse de verbas. Outro ponto se referia ao programa concluir em 12 meses e reiniciar dando continuidade aos trabalhos que estão em andamento, provocando alterações do projeto, independentemente das políticas de acesso e permanência da UNIRIO.

Seria importante que o Programa Conexões de Saberes deixasse de ser um programa específico de extensão e fosse incorporado pela UNIRIO como um programa institucional, vinculado à reitoria, com recursos para bolsa, abertura de editais, tornando-se, de fato, uma proposta de permanência da UNIRIO e não somente na UNIRIO, como tem sido até o momento.

Em entrevista com o professor Diógenes⁴, o Programa Conexões de Saberes sofreu alterações que ampliaram o campo de intervenções e o diálogo entre as comunidades e Universidade. Essas modificações ocorreram após a união do Conexões de Saberes com o Programa PET- Programa de Educação Tutorial.

No exercício do ano de 2010, houve a fusão do Programa Conexões de Saberes e o Programa de Educação Tutorial – PET. Programa criado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior– CAPES, com o nome de Programa Especial de Treinamento – PET. Este programa foi transferido para a Secretaria de Educação Superior – SESu do Ministério da Educação – MEC, ficando a sua gestão sob a responsabilidade do Departamento de Modernização e 70 Programas de Educação Superior – DEPEM. Em 2004, o PET passou a ser identificado como Programa de Educação Tutorial.

Este Programa se desenvolve por intermédio de grupos de estudantes, com a tutoria de um docente e são organizados a partir dos cursos de graduação das instituições de ensino superior, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, cultura, pesquisa e extensão. O programa tem como princípio desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade e de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar, contribuindo, assim, para a elevação da qualidade da formação dos estudantes de graduação, da diminuição da evasão e promoção do sucesso acadêmico, valorizando a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Busca promover a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação acadêmica, científica, tecnológica e cultural, formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país, visando ainda, estimular o espírito crítico, bem

⁴ Professor Doutor Diógenes Pinheiro, primeiro coordenador do Programa Conexões de Saberes na Unirio. Atualmente, é Professor Adjunto da Escola de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Pró-Reitor de Extensão e Cultura da UNIRIO

como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania ativa e pela função social da educação superior e a vinculação dos grupos a áreas prioritárias e a políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades sociais, regionais e a interiorização do programa. (BRASIL, 2010)

Com a transição do Programa Conexões de Saberes para o modelo PET, o programa que antes era desenvolvido pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC (que se transformou em SECADI, onde o “i” significa inclusão), em união com as instituições públicas de Ensino Superior, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE, na versão PET, passa a ser gerido pela Secretaria de Educação Superior do MEC.(BRASIL, 2010)

Com esta nova estruturação, aumentou as possibilidades de implementação de outras abordagens de realização de educação tutorial dentro do contexto PET, criando expectativas positivas na consolidação e institucionalização do Programa, de modo que a união dos grupos vêm buscando edificar suas identidades e solidificar as relações em favor de uma educação que promova cidadania e inclusão social. Desta forma, a portaria 976, publicada pelo MEC decreta que a expansão dos grupos PET deverá estimular a vinculação dos novos grupos a áreas prioritárias e a políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades regionais e a interiorização do programa.

A nova versão do programa Conexões de Saberes - PET - cumpre um papel importante em relação ao universo acadêmico e aos estudantes atendidos por ele, por viabilizar condições de fortalecimento acadêmico através do surgimento de novos grupos PET, a partir dos grupos Conexões de Saberes existentes nas universidades federais, proporcionando um conjunto de atividades que gera a compreensão e participação no debate sobre a questão racial no âmbito acadêmico e abordagem mais ampla do trabalho de educação tutorial, colaborando para a inserção de novos estudantes na vida universitária em estratégias que favoreçam o sucesso acadêmico

O programa Conexões de Saberes antes da transição para o modelo PET, desenvolvia uma série de atividades abertas à comunidade acadêmica e local, que visavam difundir a ideia de ações afirmativas e as questões relativas à população negra. Essas atividades foram realizada a partir de seminários sobre ações afirmativas, focando questões sobre o acesso e permanência da população negra no ensino superior e ciclos de debates que contavam com a participação de pesquisadores sobre a temática das relações raciais, contribuindo para a transformação da identidade negra de algo negativo para algo positivo, modificando a postura em relação a autodeclaração, sobretudo dos jovens que, na maioria das vezes, não possuem os

aspectos relativos a sua identidade suficientemente trabalhada e possuindo, assim, um comportamento ambíguo em relação a isso.

Atualmente, o Programa continua apresentando o objetivo de assegurar a permanência dos estudantes de origem popular, com grupos que contemplam propostas com viés interdisciplinar ou que tenham abrangência institucional. Com eles, as Pró-Reitorias ganham novos instrumentos que viabilizem o potencial PET dentro do contexto de formação dos estudantes. Conceitos como qualidade da formação, formação para a cidadania ativa, redução da evasão, entre outros, que poderão integrar a discussão nesses grupos.

O Programa PET/ Conexões de Saberes, com seus grupos de pesquisa de excelência, formado por estudantes de origem popular tem discutido temas de cunho sócio-político, na intenção de estimular o senso crítico do aluno, bem como contribuir para a “reeducação” de seu olhar sociológico, o que, de fato, refletirá diretamente em diversas esferas de sua vida social. O Programa PET apresenta uma formação, como diria Santos (2005), “pluriversitária” onde

[...] o conhecimento pluriversitário é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre extramuros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores. É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica. (p. 41)

Esta formação faz com que o pensamento de democratizar a educação por meio de ações que possibilitem o diálogo entre a universidade, escola e comunidade populares, se tornem mais reais por intermédios das ações criativas que contribuam para a ampliação de um olhar crítico da sociedade.

Sendo assim, podemos encontrar hoje dentro da UNIRIO, os programas PET: i) diagnóstico e Análise de Políticas de Ação Afirmativa (Tutora: Andréa Lopes da costa Vieira) que atua na linha de pesquisa acerca da inclusão no ensino superior (público e privado) à luz das Políticas de Ações Afirmativas; ii) Programa de Educação e Saúde nas Comunidades Chapéu Mangueira e Babilônia (Tutora: Sônia Regina Middleton), este programa desenvolve ações ligada a atenção básica a saúde na comunidades Chapéu Mangueira e Babilônia, visando melhorias nas condições de saúde nestas comunidades; iii) o Observatório de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Tutora: Maria Amália Silva Alves de Oliveira). O foco de estudo

do observatório de Turismo objetiva o monitoramento e análise dos impactos sociais e culturais produzidos pela atividade turística no estado do Rio de Janeiro e por fim, a iv) Biblioteconomia - Curso específico (Tutor: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda). Este programa tem como função estimular e acompanhar os alunos na busca de soluções para problemáticas existentes em espaços informacionais, otimizando a aprendizagem mediante a modificação de práticas pedagógicas e a introdução de novas metodologias de ensino, iniciando os alunos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de políticas públicas de recorte racial, adotadas pelo Estado brasileiro é, no plano formal, uma correção histórica da situação de exclusão. Representa o reconhecimento do Brasil como uma sociedade racialmente desigual e evidencia a necessidade de combater o tratamento diferenciado dispensado a alguns segmentos raciais. Podemos observar que entre as dimensões prioritárias para combater essas desigualdades, a educação será um ponto importante de destaque.

Enquanto por um lado a adoção de políticas de ações afirmativas permite o acesso considerável de negros à Universidade, por outro lado, há de se considerar a necessidade de políticas de permanência de qualidade e esse é o desafio posto não somente à UNIRIO como também às universidades brasileiras.

Para que um programa de ações afirmativas seja bem sucedido, faz-se necessário o reconhecimento da diversidade étnico-racial da população brasileira, de modo que a retratação e distorções de tratamento excludente dado aos negros aconteça e, principalmente, entenda-se a questão não como um problema isolado, mas de toda a sociedade brasileira. Outro ponto que devemos destacar é que as políticas de ações afirmativas requerem metas a curto, médio e longo prazos; recursos financeiros e materiais, além de profissionais competentes, abertos à diversidade étnico-racial e pensando sempre no desenvolvimento humano.

A UNIRIO admite o ingresso diferenciado, entretanto, suas reservas de vagas não são destinadas a estudantes negros, mas, a todos os estudantes da rede pública. Todavia, esse ingresso diferenciado, faz com que a UNIRIO assuma, publicamente, o seu engajamento nas questões sociais. Agora, cabe à mesma, fornecer apoio material e pedagógico (neste aspecto incluem-se revisões curriculares, seminários, grupos de estudo etc.) para que se cumpra com êxito o percurso acadêmico.

Percebo a necessidade da ampliação do campo da discussão em torno das políticas de ações afirmativas para fortalecimento da ideia de que não adianta apenas possibilitar, ao estudante negro, o ingresso na Universidade, mas que ele e todo o corpo docente e discente, possam conhecer o porquê das Ações Afirmativas e não entendê-las como privilégios, mas como políticas de reparação. Por sua vez, caberá ao Estado o papel de prover às instituições públicas o aparato necessário para garantir o acesso e a permanência quantitativa e qualitativa dos estudantes negros no Ensino Superior.

As ações afirmativas vêm para equalizar as oportunidades de acesso aos bens e serviços públicos, rompendo ou tentando romper de vez com as desigualdades étnico-raciais, promovendo condições necessárias para que o estudante negro se veja como parte da universidade e pertencente a uma coletividade que o impulse no seu cotidiano, fazendo-o progredir e seguir adiante.

A Universidade é o espaço que possibilita o ressignificado dos espaços dos saberes, o que, conseqüentemente, significa um refazer do ser que, pela coletividade, se viu à margens de condições de acessar ao ensino superior e agora, dentro deste espaço, busca condições de permanecer ali, sem, contudo, ser visto como figurante, individualizado e destituído do seu referencial de existir, mas, como sujeito transformador de conhecimento, parte de uma coletividade.

Muitos são os desafios impostos aos estudantes negros de origem popular para o seu acesso e permanência com qualidade, dignidade e com recurso financeiro permanente. Mas, o maior desafio está em romper as barreiras em torno do pensamento contrário às políticas de ação afirmativas para negros e indígenas nas universidades, por compreenderem que as desigualdades entre brancos e negros são frutos de um problema social e não do racismo. Por este motivo, é preciso reforçar a questão da identidade racial, a partir das discussões e práticas em torno das políticas afirmativas, dentro e fora dos espaços acadêmicos, visando seu esclarecimento.

Este trabalho se posiciona a favor das políticas de ações afirmativas para o acesso de estudantes negros nas universidades públicas. Porém, para que este acesso seja de fato eficaz, se faz necessário a implementação de políticas públicas específicas de permanência para os estudantes negros e não programas e/ou projetos temporários. É preciso que a universidade invista na manutenção desses alunos dentro da instituição, através de programas institucionalizados e estrutura para atender a demanda e as especificidades do público, promovendo discussões dentro âmbito acadêmico, em prol de melhor compreensão acerca dos objetivos das ações afirmativas, discussão referente às diferentes condições de educação oferecidas a diferentes segmentos da população; de privilégios que têm se restringido a alguns grupos; do papel da educação superior, de a quem e a que ela serve; dos critérios para ingresso e permanência dos estudantes na universidade.

Por fim, não podemos deixar de reconhecer que a adoção de medida diferenciada de acesso foi um ganho para a sociedade brasileira, especialmente, para a população negra. A implementação de reservas de vagas, abriu o debate sobre a questão do racismo e da

discriminação em diversas instituições públicas e privadas, nos meios de comunicação e em outros espaços sociais e até em conversas informais do nosso cotidiano.

Assim sendo, essas discussões acerca da inserção da população negra no ensino superior apresentam nitidamente os empecilhos para a estruturação de ações afirmativas para esta parcela do povo brasileiro. A lei garante o acesso e nós devemos lutar pela garantia da permanência quantitativa e qualitativa dos jovens negros dentro das universidades.

Quando se assume as políticas de ação afirmativa como parte da estratégia de democratização do ensino, em nada estaremos nos contradizendo no que diz respeito a necessidade do desenvolvimento de políticas universais, medidas definidas como “para todos”. Pelo contrário, as ações diferenciadas adotadas e seus instrumentos como bolsas, cotas, incentivos para o investimento de grupos sociais historicamente discriminados, valorização cultural, programas educacionais e a formação de educadores para o combate à discriminação entre outras poderão ser vistas como uma política de universalização de direitos à medida que, mesmo inicialmente, sejam estabelecidos critérios desiguais, serão políticas de constituição material daquilo que o coletivo definiu como o que “todos” deveriam ter acesso.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARBOSA, M. Entrevista. **Revista Advir**, n.19, set. 2005, p. 92-96.

BERGMANN, B. **In defense of affirmative action**. New York: Basic books, 1996. In: MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 197-217, Nov, 2002.

BRASIL. **Lei 3.524, de 28 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, 28 de dez. 2000.

BRASIL. **Lei 3.708, de 09 de novembro de 2001**. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, 09 de nov. 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Concepção e Fundamentos do ENEM. Disponível em Disponível: http://historico.enem.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=24&Itemid=54. Acesso em 20 de set.de 2010.

BRASIL, Congresso Nacional. *Projeto de lei 7.200/2006. Reforma da Educação Superior*. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis n. 9.394/96, 8.958/94, 9.504/97, 9.532/97, 9.870/99 e dá outras providências. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_051_PL_Reforma_Universitaria.pdf. Acesso em: 15 de dez. de 2011.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Sub-chefia para Assuntos Jurídicos (2005). **Lei n. 11.096, de 13/01/2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI – regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm Acesso em: 02 de mar. de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 976, 27 de julho de 2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12227%3Aprograma-de-educacao-tutorial-pet&catid=232%3Apet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=480 Acesso em: 20 de jun. de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 10 Ago. de 2010.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007a. Seção 1, p. 7. Disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=25/04/2007&jornal=1&pagina=7&totalArquivos=96>. Acesso em 20 de set. de 2010.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 7. Disponível em <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=20/07/2010&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=88>. Acesso em 20 de Ago. de 2010.

_____. **Decreto nº 4.228, de 13 de Maio de 2002**. Instituiu o Programa Nacional de Ação Afirmativa Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm > Acesso em 10 de Jan. de 2013

_____. **Lei nº 6.655, de 5 de junho de 1979**. Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Riode Janeiro – UNIRIO. *Legislação*, Brasília, DF, 1979. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=125284>. Acesso em 21 de Ago. de 2010.

COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Renato; ANDRADE, Allyne. **Mapa das ações afirmativas no ensino superior**. Série Dados e Debates, Rio de Janeiro, v.4, out. 2006.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. O direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. . **Racismo e Anti-Racismo No Brasil**. NOVOS ESTUDOS CEBRAP, n. 43, p. 26-44, 1995.

IBGE. Anos médios de estudo da população residente por faixas etárias selecionadas, segundo os grupos de cor ou raça selecionados (brancos e pretos & pardos) e sexo, Brasil, 1988, 1998 e 2008 (em anos de estudo). In: PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARUANO, LuizM.(orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LEOPARDI, M.T. **Metodologia da Pesquisa na Saúde**. Santa Maria: Pallotti, 2001

MAGNANI, Mário Luis. **Sistema de Cotas para o Ensino Superior**. KPlus São, nº59jul. 2004. Disponível em : <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=112&rv=Colunistas>. Acesso em 24 jan. 2009

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 197-217, Nov, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil – Um ponto de vista em defesa das cotas. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, no. 22. Março de 2003. Disponível em :www.espacoacademico.com.br. Acesso 10. de Jun. de 2009.

NEPOMUCENO, Valéria Paixão de Vasconcelos; Santos, Bruna de Oliveira Brantes dos. **Ações Extensionistas: Ações Permanentes?**. In: 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 5º., 2011, Porto Alegre, RS

OLIVEIRA, Adão Francisco. **Políticas Educacionais: Conceitos e contextualização numa perspectiva didática**. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wpcontent/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acessado em: 02 de mai. de 2013

PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES. SEMINÁRIO NACIONAL, 2, 2006. **Anais**. II Seminário Nacional: Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

DUARTE, E. C. P, BERTULIO, Dora Lucia ; **SILVA, P. V. B.** Cotas Raciais no Ensino Superior: entre o Jurídico e o Político. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008. v. 1. 240p .

SANT'ANNA, Wania e PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e população afro-descendente no Brasil: Uma questão de Raça**. Revista Proposta, FASE, Rio de Janeiro, Ano 26, n.73, p. 20-37, Jun/ago, 1997.

SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Coleção Políticas da Cor).

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

Sobre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816>. Acesso em: 29 de ago. de 2009 ; 20 de jul. de 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STRUCCHI, Natália. Cotas nas universidades: um remédio temporário para desigualdades históricas. **Folha Dirigida**. Caderno de educação, 22 jan. 2008.

TAGLIARO, Cláudia Helena. **Cotas para negros nas Universidades.**

Jornal da Ciência, fev. 2002. Disponível em:

<<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=648>>. Acesso em: 07 de fev. de 2009.

UNIRIO. **Assuntos comunitários e estudantis.** Rio de Janeiro, [2006a]. Disponível

em: <http://www.unirio.br/propg/extensao/ass_com.html>. Acesso em 10 de Ago. de 2010

_____. Resolução nº 2.651, de 13 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a criação da Bolsa Permanência na UNIRIO. **Boletim interno.** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.unirio.br/Conteudo/Reitoria/docs/PDFBoletins2005/Bol2305.pdf>>. Acesso em: 11 de jul. de 2010.

_____. Resolução nº 2.713, de 23 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a Política de Bolsas Acadêmicas e de Assistência Estudantil – Rede Integrada de Bolsas UNIRIO. **Boletim interno.** Rio de Janeiro, 2006d. Disponível em: <<http://www.unirio.br/Conteudo/Reitoria/docs/PDFBoletins2006/Bol0206.pdf>>. Acesso em: 11 de jul. de 2010.